



Sindicato dos Trabalhadores
de Arqueologia - STARQ

Número 4

Julho 2020

Pontos de Interesse especiais:

- O Caderno Reivindicativo e as Condições de Trabalho em Arqueologia
- STARQ em Tempos de Pandemia
- Acção Reivindicativa Junto da DGPC

Nesta edição:

- A Nossa Voz: reunião ministerial. 2
- A Norma Errada: más práticas empresariais na CBA.
- Apoio Jurídico.
- O Dia Internacional da Mulher Trabalhadora.
- Acção Reivindicativa Junto da DGPC. 3
- 40 Medidas Urgentes para Defender os Direitos Laborais.
- Voluntariado em Arqueologia: boas práticas e limites.
- Semana da Luta 22 a 26 de Junho. 4
- starq.info - Renovação para Melhor Comunicação.
- "O Trabalho em Arqueologia: que perspectivas para o futuro?". 5
- Arqueologia também é Cultura.
- STARQ em Tempos de Pandemia.
- O Caderno Reivindicativo e as Condições de Trabalho em Arqueologia. 6
- Pela Responsabilização das Empresas: acção e resultado.

INTERFACE

BOLETIM INFORMATIVO

Editorial

O número 4 do boletim informativo é divulgado em tempos anómalos, em tempos de pandemia. A COVID-19 alterou abruptamente a vida das pessoas e agudizou a precariedade que marca a Arqueologia. Como tal, também a acção do STARQ se intensificou. O STARQ tem procurado estar ao lado dos trabalhadores que, de um dia para o outro, se viram privados de rendimentos e sem meios para ultrapassar uma crise cujas idiossincrasias já a tornam tão difícil de viver. Neste cenário, o STARQ não pode deixar de referir as trabalhadoras e trabalhadores a falsos recibos verdes a quem os sucessivos Governos continuam a negar a regularização do vínculo laboral e a quem poucos ou nenhuns apoios estatais foram concedidos. O STARQ também não pode deixar de mencionar aquelas e aqueles que, em pleno Estado de emergência, continuaram a deslocar-se para os locais de trabalho, colocando em risco as suas vidas e as das suas famílias.

A pandemia acentuou as fragilidades de um sector sucessivamente negligenciado. É gritante o crescente desinvestimento público no Património

Cultural, na Cultura. O STARQ tem procurado dar voz aos profissionais de Arqueologia, lutado para que se tomem medidas mitigadoras e para que sejam delineadas estratégias no Presente e no Futuro. Por isso, o STARQ tem tido uma intensa acção reivindicativa junto da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), das Direcções Regionais de Cultura, do Ministério da Cultura e de outras entidades do sector cultural.

Neste Interface dão-se ainda a conhecer novidades na comunicação com a comunidade e as diversas acções e encontros em que o STARQ tem estado presente e nos quais não só são dados a conhecer os problemas que assolam a Arqueologia, como estes são debatidos e articulados com outros sectores da Cultura e com demais realidades laborais e sociais. SB

A Nossa Voz: 1º de Maio

O STARQ esteve presente no 1º de Maio com um número muito reduzido dos seus dirigentes, e cumprindo sempre todas as normas sanitárias, representando assim, todos os seus associados. E porquê?

- Esteve presente porque não se podem esquecer os trabalhadores de arqueologia que continuaram a trabalhar durante o confinamento e Estado de emergência, pondo em risco a sua saúde e a dos seus, de modo a não parar totalmente a economia e garantir a salvaguarda do património!

- Esteve presente pelos trabalhadores de falsos recibos verdes, os primeiros a serem dispensados e despedidos. Aqueles que o estado desdenha, com apoios desconfiados, reduzidos, confusos e dados com má vontade.

- Esteve presente por todos os que sabemos fazerem horas sem receberem justamente, que atendem telefonemas em casa e durante o fim-de-semana, que não são pagos pelos seus relatórios, uma exigência legal e dever cívico da sua profissão.

- Esteve presente pela Arqueologia e pela sua presença no âmbito da Cultura. A Cultura não está sempre em exposição, também está no

conhecimento histórico que todos os dias é produzido (e desenterrado) com o esforço e empenho dos trabalhadores de arqueologia. Somos produtores de Cultura sim! Somos agentes Culturais!

- Esteve presente pelo direito à investigação em Arqueologia. Pelo regresso de investigação financiada que nos permita elevar e explorar os sítios e materiais recuperados no âmbito da arqueologia de salvaguarda!

- E, por fim, esteve presente porque todos os trabalhadores de arqueologia têm direito à realização pessoal e profissional.

É uma Luta, porque se nada fosse exigido, o pouco que temos, não teria sido conseguido!

Cá estaremos!! LC

Em Maio o STARQ participou, pela voz da sua vice-presidente Sara Brito, no programa Antena Aberta (Antena 1), onde se discutiu o tema «O sector da cultura aflito com o impacto da pandemia».

Notas:

Em Abril, o STARQ marcou presença numa audição pública designada «As respostas inadiáveis no sector da cultura», promovida pelo PCP. Pela voz da Jacinta Bugalhão, alertamos para os problemas estruturais gritantes que numa situação destas vêm ao de cima de uma forma dramática: falta de investimento público, precariedade e carência de condições de higiene e trabalho. Por via da pandemia Covid-19, ficou ainda mais claro: deixámos de fazer parte da Cultura. O património cultural deixou de existir, pelo menos no discurso dos responsáveis.

*«Lá Fora: greve em França»
 "Précarité de la profession, manque de perspectives et de considération..."*

Greve de Arqueólogos em França no dia 3 de Fevereiro. Os problemas e desregulação do trabalho em arqueologia são transversais a vários países. Uma luta conjunta, por objectivos comuns, faz a diferença.



A Nossa Voz: reunião ministerial

Uma delegação da plataforma Cultura em Luta reuniu, a 15 de Janeiro, com a Ministra da Cultura, no Palácio Nacional da Ajuda. O STARQ, como integrante na mesma, esteve presente na reunião, dando voz a alguns dos temas mais preocupantes da área da Arqueologia e do Património. Apesar de algumas notas positivas, algumas das novidades apresentadas não são suficientes para estabilizar a situação. Face ao número de saídas, a entrada de 82 profissionais para a área do Património Cultural não é suficiente. O programa de investimento a dez anos, que inclui o levantamento das necessidades dos 43 imóveis sob alçada da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das direcções regionais de Cultura, deixa de fora uma parte importante do património arquitectónico e

arqueológico. É preciso que o Estado central assuma o seu papel na valorização dos sítios arqueológicos e patrimoniais, promovendo uma visão estratégica, assente numa programação democratizada, para todos os públicos, de qualidade e socialmente útil, implicando investimentos na "plataforma física" e no envolvimento e diálogo com as comunidades. A isto liga-se a necessidade de incrementar o emprego científico na Cultura, que se cumpre com um novo plano de apoio aos trabalhos arqueológicos, não com o uso abusivo e, por vezes, indigno do voluntariado. Uma fragilidade nunca se poderá combater com uma outra fragilidade. MR

A Norma Errada: más práticas empresariais na CBA

O STARQ tem recebido queixas e denúncias relativamente à empresa CBA Arqueologia, com sede em Coimbra, devido a incumprimentos ou violações às normas legais. Constituem denominadores comuns os constantes incumprimentos e atrasos significativos nos pagamentos a profissionais com vínculos precários e o desrespeito para com os direitos desses arqueólogos.

Situação que configura um incumprimento legal do RTA, ao não disponibilizar os meios necessários à boa execução dos trabalhos arqueológicos. Com efeito, verificando-se este incumprimento legal, um profissional de arqueologia pode solicitar a suspensão e desvinculação da direcção científica de um trabalho à Direcção-Geral do Património Cultural. No caso da CBA Arqueologia, devidamente apoiados pelo STARQ, foi desse modo que os profissionais afectados procederam.

Reiteramos que muitos dos trabalhadores encontram-se em situação de precariedade, sem um contrato de trabalho, um enquadramento que enquanto sindicato rejeitamos liminarmente.

Estas adversidades, numa primeira fase, poderiam ter sido ultrapassadas se se construísse uma

plataforma de diálogo com a CBA Arqueologia. Esse objectivo revelou-se impossível, já que por mais de uma vez os trabalhadores, individualmente, e o STARQ, enquanto sindicato, tentaram, sem sucesso, dialogar com a empresa em causa.

O Sindicato considera, por isso, que devem ser empregues as acções necessárias para fazer valer os direitos dos trabalhadores em questão e alerta todos os profissionais do sector para que denunciem e não aceitem situações similares, nesta e noutras empresas.

A CBA Arqueologia e outras empresas não podem continuar a recrutar profissionais da área, e actuar como entidades enquadrantes, sem ter reunido as condições para cumprir integralmente as obrigações daí decorrentes.

É chegada o tempo de todos exigirmos que as boas práticas na nossa área profissional sejam as únicas aceitáveis. MR

Apoio Jurídico

O STARQ fornece apoio jurídico gratuito a todos os seus associados, com suporte num protocolo com um escritório de advogados qualificado e o acompanhamento de dirigentes sindicais. Este serviço tem por objectivo assegurar o atendimento, a resposta e o aconselhamento dos associados relativamente aos seus problemas profissionais, bem como o apoio contencioso e o recurso, quando necessário, aos Tribunais.

Neste semestre lidamos com várias solicitações relacionadas com as implicações laborais da COVID-19, mas, para além disso, continuamos a apoiar e defender vários associados, que nos colocaram diferentes problemas relacionados com a sua diversa situação contratual, de carreira, a falta de condições de trabalho e de pagamentos de honorários.

Se tem dúvidas, questões ou problemas laborais informe-se primeiro junto do sindicato, através do canal que lhe for mais próximo!

Saiba como agir! MR

Este ano passamos a meta dos 170 associados, com mais de 20 associados novos. Quanto mais fortes, melhores serão as condições para lutarmos pelos direitos de todos!

O Dia Internacional da Mulher Trabalhadora

O Dia da Mulher é um dia de luta contra as desigualdades e discriminações de género. O STARQ, em articulação com a CIMH, CGTP-IN e MSU, assinalou esta data com uma semana especialmente dedicada ao combate a situações de violação da lei da igualdade: a semana da igualdade entre homens e mulheres. Entre os dias 2 e 6 de Março de 2020, o STARQ visitou várias obras com intervenções arqueológicas em curso na cidade de Lisboa. Estas visitas serviram não só para alertar para os direitos vigentes, mas sobretudo para ouvir as trabalhadoras e trabalhadores, que revelaram problemas de desigualdades existentes.

A precariedade que marca indelevelmente o sector empresarial da Arqueologia propicia situações de assédio. Embora haja paridade em

Arqueologia, as mulheres parecem continuar a ser as principais vítimas de assédio e de doenças profissionais.

Urge combater pela Igualdade nos locais de trabalho e na sociedade. Essa é uma luta de todos os dias! O STARQ tem consciência de que a proximidade às trabalhadoras e trabalhadores é crucial para o desenvolvimento de processos de luta contra este problema. Para além das iniciativas com expressão de rua, o STARQ defende permanentemente a valorização dos salários, dos direitos, liberdades e garantias; efectivação da conciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal; eliminação da precariedade e de todas as formas de violência, assédio e discriminação. SB

Ação Reivindicativa Junto da DGPC

Durante o primeiro semestre de 2020, o STARQ manteve uma intensa acção reivindicativa junto da DGPC. Em Fevereiro, o STARQ: (i) exigiu à DGPC o cumprimento do RTA, no que respeita à responsabilização das entidades enquadrantes por relatórios em atraso, na exata medida do que é exigido aos arqueólogos diretores científicos; (ii) pronunciou-se sobre as alterações orgânicas na DGPC, que em nada contribuíram para a resolução dos graves problemas funcionais daquele organismo e que, principalmente, inviabilizaram a há muito desejada criação de uma unidade orgânica para o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática; (iii) reagiu à nomeação da nova direcção da DGPC que, mais uma vez, não inclui nenhum arqueólogo e, considerando o perfil dos novos dirigentes, parece favorecer a área da gestão financeira e do negócio imobiliário, em detrimento da gestão do Património Cultural propriamente dita.

No contexto da pandemia Covid-19, o STARQ exigiu junto da DGPC a adopção de procedimentos simplificados de substituição de directores científicos de trabalhos arqueológicos em curso, em caso de infecção ou quarentena destes, e também o reforço das medidas de prevenção contra COVID-19 nas intervenções arqueológicas no âmbito das suas obras. Foram enviados a diversas entidades os resultados do inquérito aos trabalhadores de Arqueologia

(Março de 2020) sobre os impactos imediatos da pandemia, a nível económico e a nível das condições de saúde, segurança e higiene nos locais de trabalho.

No dia 3 de Junho, a pedido do STARQ, realizou-se uma reunião com a direcção da DGPC. Para além do balanço sobre a deficitária reacção da DGPC à pandemia Covid-19 (passividade, falhas de comunicação, falta de medidas de apoio à comunidade arqueológica; falhas nas medidas de prevenção), foram abordados os atrasos nos processos de recrutamento de trabalhadores, mesmo nos casos em que já existe compromisso público do Ministério da Cultura/DGPC. O STARQ continua a exigir o recrutamento de trabalhadores que permita fazer face às lacunas diagnosticadas nos serviços centrais e dependentes, nomeadamente nos museus de Arqueologia da DGPC. O STARQ apresentou ainda as suas linhas programáticas estruturais para a resolução dos graves problemas da Arqueologia nacional, designadamente a reactivação do apoio financeiro à investigação arqueológica.

A acção reivindicativa é um processo e, como tal, prosseguirá, junto da DGPC, das Direcções Regionais de Cultura, do Ministério da Cultura e de todas as outras entidades com competência e actividade em Arqueologia. JB

40 Medidas Urgentes para Defender os Direitos Laborais

O STARQ, em conjunto com a FEVICOM - Federação dos Sindicatos da Construção, apresentou 40 medidas urgentes para defender a saúde, os salários, o emprego e os direitos dos trabalhadores da CONSTRUÇÃO CIVIL (COVID-19). Este documento saiu de uma concertação sindical, estabelecendo-se linhas concretas de acção sindical, a implementar, com vista à melhoria efectiva das condições de higiene e segurança nos locais de trabalho.

A Federação dos Sindicatos da Construção e o STARQ pediram rastreios em todo o país no sector da construção, defendendo a implemen-

tação e fiscalização das medidas propostas e que os donos das obras sejam responsabilizados pela implementação e atualização de medidas de proteção de segurança, higiene e saúde dos trabalhadores. A comunicação foi feita em frente à obra no Palácio da Ajuda, no dia 18 de Junho. LC



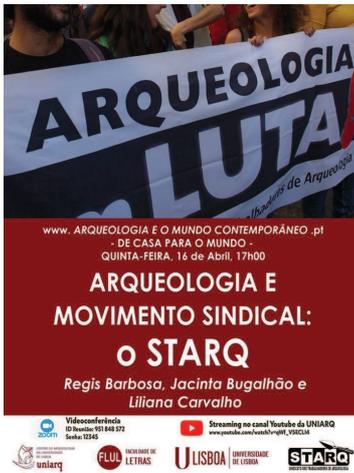
Notas:

**«A nossa voz:
PP-Cult, pelo Património»**
O STARQ, enquanto representante dos trabalhadores de Arqueologia, aderiu à Plataforma pelo Património Cultural (PP-Cult), que agrega diversas associações em defesa do Património Cultural, enquanto valor estratégico e oportunidade nacional, enquanto condição de construção cidadã do nosso futuro.

Em Fevereiro o STARQ esteve no XIV Congresso da CGTP. Pela voz do seu presidente, Regis Barbosa, foram apresentados os problemas dos trabalhadores de arqueologia: baixos salários, precariedade, falsos recibos verdes e falta de investimento público na defesa e protecção do Património.



Notas:



O STARQ esteve online, no dia 16 de Abril, com a comunicação «Arqueologia e Movimento Sindical: o STARQ», num ciclo de conferências digitais promovidas pela UNIAHQ denominado «Arqueologia e o Mundo Contemporâneo - de Casa para o Mundo». Demos a conhecer as linhas de acção do STARQ, assim como fizemos uma breve caracterização da actividade arqueológica em Portugal, dando lastro para reflectir sobre os nossos problemas e caminhos a percorrer.

Os tempos são de pandemia mas nem isso pára o STARQ! Temos saudades de reunir na nossa sede, de trocar olhares e argumentos, mas vamos navegando no mundo virtual, à boleia de videochamadas, melhorando a nossa presença na rede (novidades em breve) e sempre, sempre ao lado dos nossos associados e trabalhadores de arqueologia!

Voluntariado em Arqueologia: boas práticas e limites

Em Janeiro passado, o STARQ recebeu múltiplas denúncias sobre o recurso ao trabalho voluntário em escavações arqueológicas em Conimbriga. A indignação, que alastrou entre a comunidade arqueológica, alcançando bastante exposição mediática, não residia propriamente no recurso ao voluntariado, mas na forma como o seu recrutamento foi anunciado, nas condições (ou falta delas) oferecidas e no facto de se tratar de um organismo público (Museu Monográfico de Conimbriga, serviço dependente da Direção-Geral do Património Cultural, sítio classificado como Monumento Nacional e único museu monográfico/arqueológico com estatuto de museu nacional). Após análise cuidada da situação, o STARQ assumiu uma posição pública sobre o caso e pediu esclarecimentos às entidades em causa. Impõe-se clarificar que (i) o STARQ não é contra o voluntariado (cultural, social, juvenil, sénior, formativo, cívico, etc); (ii) as fronteiras entre trabalho e voluntariado têm de ser inequivocamente traçadas, sem margem para atropelos ou indefinições. Esta clarificação é tão mais importante, quanto é reconhecida uma “tradição” e “má prática” de recurso indevido a trabalho não

remunerado em Arqueologia, situação muitíssimo lesiva para todos os trabalhadores em Arqueologia, mas também para a Arqueologia como ciência e profissão. Um voluntário é um voluntário; um trabalhador é um trabalhador! E no Museu Monográfico de Conimbriga falta tudo, mas principalmente faltam trabalhadores e orçamento, como o STARQ tem reiterado e veementemente referido nos seus contactos com o Ministério da Cultura. Não é admissível que um serviço público desta relevância, na sua atividade normal, se veja obrigado a recrutar “falsos voluntários”, aos quais não pode oferecer nada, mesmo nada, por não possuir o quadro técnico adequadamente dimensionado de que tanto carece, nem capacidade orçamental para o constituir. A utilização de voluntários para colmatar a falta de trabalhadores e recursos é uma prática que o STARQ considera inaceitável. O trabalho sem direitos é inadmissível e configura um retrocesso social. O STARQ não recebeu qualquer resposta. Mas o recrutamento de “voluntários” foi interrompido e não se concretizou. JB

Semana da Luta 22 a 26 de Junho

De 22 a 26 de Junho, no âmbito da Semana da Luta da CGTP, o STARQ desenvolveu uma série de acções junto dos trabalhadores de arqueologia, assim como visitas a locais de trabalho de arqueologia, em Lisboa e na região Centro, onde nos tinham sido comunicadas falhas graves na implementação das regras de higiene e segurança no trabalho e também nos direitos dos trabalhadores, aproveitando para ouvir as opiniões dos colegas. O STARQ está a acompanhar os trabalhadores nas acções a tomar. Apelamos para que nos façam chegar as vossas queixas, em particular, no que concerne às más práticas de segurança e higiene no trabalho. LC



starq.info - Renovação para Melhor Comunicação

A direcção do STARQ há muito planeava a renovação total do seu site, meio importante de comunicação com os seus associados e restante comunidade arqueológica. Com a chegada da pandemia de COVID-19 esta mudança impôs-se, já que as actualizações de legislação e de apoios sociais aos trabalhadores eram constantes. Deste modo, o site foi renovado pela equipa da direcção e está novinho em folha! Pauta-se pela sua simplicidade e facilidade de organização. Para além do calendário de actividades e eventos e de destaques importantes logo na primeira página, este, organiza-se em torno de várias secções: 1) “COVID-19”, onde se pode aceder à legislação produzida, aos comunicados do STARQ sobre o tema e aos resultados dos relatórios que auscultaram a comunidade arqueológica; 2) “Quem Somos”, onde se encontra informação sobre a composição dos órgãos

sociais do STARQ e também os seus estatutos; 3) “Associados”, local onde se poderá fazer uma pré-inscrição no STARQ, saber mais sobre o apoio jurídico prestado pelo sindicato e conhecer os protocolos de que beneficiam os associados; 4) “Informações legais”, onde se encontram as actualizações sobre legislação laboral produzida; 5) “Informações”, uma importante secção onde se pode consultar toda a documentação produzida pelo STARQ, nomeadamente comunicados, relatórios ou planos de actividade. O site está em constante actualização, visitem-no! LC

"O Trabalho em Arqueologia: que perspectivas para o futuro?"

No passado dia 28 de Fevereiro de 2020, o STARQ promoveu no Porto a sessão pública "O Trabalho em Arqueologia: que perspectivas para o futuro?" A sessão decorreu no Palacete dos Viscondes de Balsemão e contou com o apoio do Município do Porto. A implementação de contactos mais próximos e frequentes com os trabalhadores de Arqueologia da região Norte era uma aspiração antiga do STARQ que teve, no Porto, um momento especialmente relevante. O programa incluiu uma apresentação do STARQ, com uma breve caracterização da Arqueologia portuguesa, a exposição dos principais eixos de acção sindical e uma reflexão sobre o futuro do trabalho em Arqueologia e sobre a contribuição do sindicato para alcançar melhores condições laborais.

Mas esta sessão tinha por principal objectivo conhecer e ouvir os nossos colegas que trabalham no Porto e na região Norte. A sessão

registou uma boa afluência (mais de 30 participantes). Esta boa adesão foi muito gratificante e permitiu uma melhor percepção do contexto laboral regional que regista especificidades, mas também pontos em comum com outras partes do País, como sejam a precariedade, instabilidade de equipas, baixos salários, falta de controlo dos trabalhadores sobre o seu trabalho científico, distância acentuada entre os profissionais e Tutela e um papel demasiado interventivo das entidades patronais/entidades enquadrantes na direcção científica dos trabalhos. O STARQ continuará a acompanhar com proximidade os profissionais do sector que vivem e exercem a sua actividade em TODO o país, constituindo-se como um veículo de intermediação e resolução dos vários (e graves) problemas que assolam o nosso sector profissional. JB

Arqueologia também é Cultura

No passado dia 24 de Abril, em plena situação de estado de emergência nacional por causa da pandemia do covid-19, publicou-se no jornal Público, versão online, um texto de opinião, em jeito de manifesto, intitulado "Arqueologia também é Cultura".

De acção colectiva, subscrita por 55 assinantes, abrangendo a diversidade profissional e regional do sector arqueológico, o texto procurava alertar publicamente, provocando a discussão, para os problemas crónicos e fragilidades laborais, sociais e enquanto ciência da arqueologia em Portugal, que se virão, a curto-médio prazo, agudizar em consequência da pandemia se não forem tomadas medidas mitigadoras e de planeamento futuro, por parte do Estado e sociedade, para o sector. Medidas, ainda que de forma muito genéricas e carentes de melhoramentos, que também se apresentam.

Não se tratando de uma iniciativa exclusivamente sindical, a ideia do artigo surgiu no seio do STARQ, e das trocas constante de ideias promovidas pelos seus associados, onde rapidamente se procedeu à sua discussão e redacção. Após fechado o conteúdo foram encetados uma série de contactos, para potenciais subscritores, que abrangessem o mais possível a diversidade do sector e, ao mesmo tempo, que tivessem alguma voz activa na comunidade arqueológica e sociedade civil. A adesão dos contactados foi praticamente total, o que é revelador do consenso em redor do conteúdo do artigo e, consequentemente, da qualidade e abrangência da radiografia arqueológica efectuada. MC

STARQ em Tempos de Pandemia

A pandemia de COVID-19, já mil vezes foi dito, alterou tudo e as vidas de todos! Para os trabalhadores de Arqueologia o impacto foi imediato, muito negativo e trouxe à superfície, de modo ainda mais expressivo, as desigualdades várias a que o trabalho precário os expõe. O STARQ teve que se adaptar rapidamente a este novo caminho! Primeiro, recolhendo e elaborando informações actualizadas sobre os apoios sociais que os trabalhadores podiam requerer e esclarecendo muitas dúvidas que nos chegaram, tanto de associados como de não associados. Num segundo momento, foi decidido auscultar a comunidade arqueológica acerca do impacto que a pandemia estava a ter na sua actividade laboral. Desse modo, elaborámos dois inquéritos (Abril e Maio), que nos revelaram um já esperado cenário de precariedade, alguma perda de trabalho e sobretudo muito receio pelas precárias condições de higiene e segurança. A fase de desconfinamento inaugurou um terceiro momento

de actuação. Foi a altura de descrever a situação do sector aos partidos com assento na Comissão Parlamentar de Cultura, Iniciativa Liberal, Os Verdes e deputada não-inscrita, aos Ministérios da Cultura, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Economia, Trabalho e Segurança Social e Infra-estruturas. Reunimos também com a Federação de Sindicatos da Construção Civil, com a qual elaborámos um programa de 40 medidas a implementar nas empreitadas, de forma a evitar os contágios de COVID-19 e melhorando assim a segurança dos trabalhadores. Finalmente, temos participado em acções sobre o teletrabalho que nos permitirão agir em defesa dos trabalhadores que se encontrem neste regime laboral. A nossa missão é estar sempre em actualização e adaptação de modo a melhor defender os nossos associados. LC



"As fragilidades do sector do património cultural, potencialmente avolumadas em consequência da pandemia, não têm sido nem avaliadas nem objecto de propostas de mitigação. Portugal não pode permitir a destruição do sector profissional que assegura a preservação de um dos seus principais recursos."

in Público Online, 24 de Abril 2020



Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia

STARQ - Rua Jardim do Tabaco, N.º 90,
2.º Dto. 1100-288 Lisboa

925 717 484

starq.arqueologia@gmail.com

www.starq.info

www.facebook.com/starqueologia



**UNIDOS TEREMOS
MAIS FORÇA!**



Ficha Técnica:

- Propriedade | STARQ
- Editor | Cézer Santos
- Revisão | José Henrique | Cézer Santos
| Liliana Carvalho | Sara Simões
- Textos | Sara Brito | Liliana Carvalho |
Miguel Rocha | Jacinta Bugalhão | Mauro
Correia.

O Caderno Reivindicativo e as Condições de Trabalho em Arqueologia

O Caderno Reivindicativo é um instrumento de promoção e defesa dos trabalhadores, que procura a resolução dos problemas individuais e colectivos, através da fixação de condições de trabalho que respeitem os seus direitos, com base em objectivos reivindicativos que reflectam as suas necessidades. Nesse âmbito, a acção reivindicativa não só é o primeiro passo, como deve ser um dos eixos prioritários da acção sindical no local de trabalho. Dado a conhecer no próximo semestre, o Caderno Reivindicativo do STARQ para o trabalho em Arqueologia procura isso mesmo, constituindo-se como uma proposta concreta de discussão e de mobilização para a transformação e melhoria das condições de trabalho.

O Caderno visa a melhoria dos salários e a obtenção de direitos, com base nos princípios de igualdade e solidariedade, assim como a melhoria das condições de Saúde, Higiene e Segurança. O seu objectivo final é instituir um regime de trabalho mais favorável e equitativo, que contrarie a precariedade dos vínculos laborais, ao mesmo tempo que faz o seu diagnóstico.

As empresas das áreas da Arqueologia e do Património não podem continuar a basear a sua actividade nos prestadores de serviço. A situação precária em que centenas de trabalhadores se encontram, nomeadamente pela utilização abusiva e ilegal do recibo verde, é uma realidade constante dos nossos dias, proporcionando condições de trabalho pouco dignas e injustas. O preceito-base é este: o desempenho de

funções permanentes deve dar lugar a vínculo efectivo, com direitos iguais, que permitam a conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal. Daí a necessidade de se promover, entre outras medidas, a regularização dos vínculos precários, através: **1)** da adequação dos mapas de pessoal às necessidades das empresas; **2)** da celebração de contratos por tempo indeterminado com os trabalhadores que desempenhem funções há 2 anos ou mais, independentemente da sua ligação laboral; e **3)**, com os princípios enunciados, da iniciação de um processo negocial de regulamentação colectiva de trabalho a nível sectorial ou empresarial, que, para a vinculação e regularização dos trabalhadores precários, através do estabelecimento de prazos e metas, tenha por base o volume de trabalho da entidade em causa.

Como instrumento de combate à precariedade também é essencial a proposição de salários dignos, regulados e equitativos para todos os trabalhadores, através de uma proposta de carreira que assegure conteúdos funcionais bem definidos e regras de desenvolvimento profissional claras, procurando a fixação de níveis salariais base para cada uma das categorias profissionais propostas, assim como a progressão na carreira, com o estabelecimento de diuturnidades. MR

Pela Responsabilização das Empresas: acção e resultado

No Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA) é estipulado que a autorização de trabalhos arqueológicos depende do cumprimento pelo arqueólogo-director e pela entidade enquadrante (EE) das «obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, nomeadamente entrega e aprovação de relatórios, publicação de resultados e depósito de espólio».

Porém, desde a entrada em vigor do actual RTA, há mais de cinco anos, apenas os directores científicos têm sido sujeitos à fiscalização do cumprimento desta norma legal por parte das entidades de tutela (DGPC e DRC). Esta situação, para além de incorrecta do ponto de vista legal, acarreta sérias consequências e disfunções na actividade arqueológica nacional. Em situação de relatórios em atraso, apenas os arqueólogos são penalizados, correndo o risco de serem comprometida a sua actividade profissional, com a não autorização de novos trabalhos. Pelo contrário, as EE não têm tido, do ponto de vista da aplicação de lei, qualquer incentivo ao seu cumprimento.

Logo, têm-se multiplicado situações de conflito, e mesmo de ruptura, entre arqueólogos (com vínculo dependente ou em situação de prestação

de serviços) e as entidades enquadrantes do mesmo trabalho arqueológico, a propósito da elaboração dos respectivos relatórios: **1)** não remuneração do trabalho de elaboração de relatórios; **2)** não concessão de tempo para elaboração de relatórios com colocação imediata em novos trabalhos de campo; **3)** falta de acesso a documentação e espólio; **4)** falta de apoio técnico na preparação de elementos de inclusão obrigatória em relatórios (desenhos, inventário, etc). Esta realidade avoluma-se no caso de intervenções arqueológicas grandes e especialmente complexas.

Esta realidade não é só inadmissível a todos os títulos, como constitui uma clara violação dos direitos dos arqueólogos ao adequado exercício da sua profissão nos exactos termos que a lei define. Contra isto agimos, exigindo o cumprimento da Lei pelas EE de trabalhos arqueológicos, na exacta medida do que é exigido aos arqueólogos directores científicos, o que sabemos já ter dado alguns resultados. A fiscalização deste procedimento legal permitirá e propiciará uma regularização das situações anómalas descritas, existentes e futuras. MR